

# PROVISÓRIO

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>5</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - PROCESSO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>27</b>
1.1. ENTENDENDO O BÁSICO - FORMAS DE PROCESSO TRIBUTÁRIO .....	27
1.2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	29
<b>CAPÍTULO 2 - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....</b>	<b>35</b>
2.1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	35
2.1.1. Princípio da legalidade.....	35
2.1.2. Impessoalidade.....	37
2.1.3. Moralidade.....	39
2.1.4. Publicidade .....	40
2.1.5. Eficiência.....	51
2.1.6. Inafastabilidade do Controle Jurisdicional das Decisões Administrativas .....	53
2.1.6.1. Coisa julgada na esfera administrativa?.....	55
2.1.6.2. Aprofundamento: Cabe ação popular para anular decisão do CARF? .....	64
2.1.7. Devido processo legal.....	65
2.1.8. Contraditório e ampla defesa.....	66
2.1.8.1. <i>Amicus Curiae</i> no Processo Administrativo Tributário.....	69
2.1.9. Duração razoável do processo .....	75
2.1.9.1. Aprofundamento: Da (Im)possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente em processo administrativo fiscal (PAF) que discute penalidades aduaneiras.....	79
2.1.10. Motivação das decisões.....	81

2.1.11.	Segurança jurídica.....	84
2.1.11.1.	Aprofundamento: <i>venire contra factum proprium</i> .....	87
2.2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL – NÃO CONTENCIOSO: CONSULTA.....	90
2.2.1.	Da Legitimidade para Formular Consulta.....	91
2.2.2.	Dos efeitos da consulta.....	91
2.2.3.	Dos requisitos da Consulta.....	92
2.2.4.	Da competência para a solução da consulta.....	92
2.2.5.	Da ineficácia da consulta.....	93
2.2.6.	Da solução da consulta .....	93
2.2.7.	Da mudança de entendimento .....	94
2.2.8.	Do recurso especial .....	95
2.2.9.	Da representação.....	96
	Aprofundando um pouco mais .....	96
2.3.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL .....	98
2.3.1.	Um fluxograma simplificado.....	98
2.3.2.	Fase de Instauração.....	100
2.3.3.	Fase de impugnação .....	108
2.3.3.1.	Aprofundamento: Formação de CDA sem processo administra- tivo.....	109
2.3.3.2.	Forma de Apresentação da Impugnação.....	110
2.3.3.3.	Requisitos da Impugnação.....	110
2.3.3.4.	Aprofundamento: reflexões sobre o Acesso ao Poder Judiciário .....	114
2.3.3.5.	Composição extrajudicial pela AGU x proposta de transação tributária.....	123
2.3.4.	Intimações.....	124
2.3.5.	Julgamento e questões correlatas.....	127
2.3.5.1.	Competência para Julgamento das Impugnações.....	127
2.3.5.2.	Prioridade de Julgamento .....	129
2.3.5.3.	Ordem de Julgamento e Prazos.....	130
2.3.5.4.	Livre Convencimento Motivado.....	131
2.3.5.5.	Ônus da prova .....	131
2.3.5.6.	Decisão do Processo Administrativo Fiscal.....	134
2.3.5.7.	Questões Preliminares.....	134
2.3.5.8.	Reconhecimento de Inconstitucionalidade de Norma .....	136
2.3.5.9.	Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo .....	140
2.3.6.	Fase recursal .....	141
2.3.6.1.	Embargos de declaração .....	142

2.3.6.1.1.	Procedimento para interposição dos embargos.....	143
2.3.6.1.2.	Admissibilidade e decisão .....	143
2.3.6.1.3.	Ciência do Acórdão.....	143
2.3.6.1.4.	Erros materiais .....	144
2.3.6.2.	Recurso Voluntário e Recurso de ofício.....	145
2.3.6.2.1.	Recurso voluntário .....	145
2.3.6.2.2.	Inconstitucionalidade do depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso .....	145
2.3.6.2.3.	Recurso de ofício ou "Remessa Obrigatória" .....	146
2.3.6.3.	CARF .....	148
2.3.6.3.1.	O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) .....	148
2.3.6.3.2.	Escolha e designação de Conselheiros .....	149
2.3.6.3.3.	Mandato dos Conselheiros .....	149
2.3.6.3.4.	Presidência e Estrutura do CARF.....	150
2.3.6.3.5.	Atualizações do Regimento Interno do CARF .....	150
2.3.6.3.6.	Designação dos Presidentes e Vice-Presidentes.....	150
2.3.6.3.7.	O voto de qualidade no CARF .....	151
2.3.6.3.8.	Aprofundamento: Validade dos julgamentos proferidos no CARF com base no voto de qualidade previsto no art. 25, § 9º, do Decreto 70.235/72 .....	152
2.3.6.3.9.	Aprofundamento: a impossibilidade de aplicação retroativa do artigo 28 da Lei nº 13.988/20, que adicionou o artigo 19-E à Lei nº 10.522/02.....	153
2.3.6.4.	Recurso Especial.....	157
2.3.6.4.1.	Recurso Especial.....	157
2.3.6.4.2.	Função Uniformizadora.....	158
2.3.6.4.3.	Competência e Prazos.....	158
2.3.6.4.4.	Distinção do Recurso Especial (STJ).....	158
2.3.6.4.5.	Procedimento .....	159
2.3.6.4.6.	Disposições do Regimento Interno.....	159
2.3.6.5.	Do Agravo.....	160
2.3.6.5.1.	Situações de não Cabimento do agravo .....	160
2.3.6.5.2.	Procedimento do agravo .....	160
2.3.6.6.	Pedido de reconsideração .....	161
2.3.6.6.1.	Natureza e Função .....	161
2.3.6.6.2.	Inadmissibilidade no Processo Administrativo Fiscal Federal .....	162

2.3.6.6.3.	Possibilidade nas Esferas Estaduais e Municipais.....	162
2.3.6.7.	Das súmulas.....	162
2.3.6.7.1.	Edição e aprovação de Súmulas.....	163
2.3.6.7.2.	Proposição de Súmulas .....	163
2.3.6.7.3.	Revisão e Cancelamento de Súmulas .....	163
2.3.6.7.4.	Iniciativa de Súmulas .....	163
2.3.6.7.5.	Procedimento e Eficácia das Súmulas .....	164
2.3.6.7.6.	Efeito Vinculante das Súmulas .....	164
2.3.6.8.	Do pedido de desistência.....	164
2.3.6.8.1.	Procedimento de Desistência.....	164
2.3.6.8.2.	Efeitos da Desistência .....	165
2.3.6.8.3.	Desistência e Parcelamento .....	165
2.3.6.8.4.	Limitações da desistência.....	166
2.3.7.	Encerramento do PAF.....	166
2.3.8.	Cumprimento da Decisão.....	166
2.3.9.	Conversão de depósito em renda.....	166
2.3.10.	Insuficiência ou Excesso de Depósito.....	166
2.3.11.	Execução da perda de mercadorias ou bens.....	167
2.3.12.	Julgados relevantes: .....	167
2.3.13.	O que muda com a Reforma Tributária no Processo Administrativo Tributário? .....	169
2.3.13.1.	Introdução .....	169
2.3.13.2.	Do PLP 68/2024 à LC 214/2025 .....	170
2.3.13.2.1.	Estrutura de Governança Compartilhada (Art. 317).....	170
2.3.13.3.	Instâncias de Harmonização Tributária e Jurídica (Art. 318 e 319).....	170
2.3.13.3.1.	Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias (Art. 319, I).....	170
2.3.13.3.2.	Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias (Art. 319, II).....	171
2.3.13.4.	Regras de Funcionamento dos Órgãos Colegiados (Art. 320).....	171
2.3.13.5.	Fiscalização e Lançamento de Ofício (Art. 324 a 327).....	172
2.3.13.6.	Procedimento Fiscal Padronizado (Art. 328 a 331).....	172
2.3.13.6.1.	Início do Procedimento Fiscal (Art. 328).....	173
2.3.13.6.2.	Ações que Preservam a Espontaneidade (Art. 329).....	173
2.3.13.6.3.	Formalização do Lançamento (Art. 330 e 331).....	173
2.3.13.7.	Atos Conjuntos e Normas Vinculantes (Art. 323) .....	174
2.3.13.8.	Implicações Práticas para o Processo Administrativo Tributário.....	174

2.3.13.9.	Considerações e Desafios de Implementação.....	175
2.3.13.10.	O Contencioso Administrativo do IBS no PLP 108/2024.....	175
2.3.13.10.1.	Princípios orientadores do Contencioso Administrativo.....	175
2.3.13.10.2.	Estrutura Digital e Procedimentos Eletrônicos.....	176
2.3.13.10.3.	Prazos e Contagem de Tempo.....	176
2.3.13.10.4.	Organização das Instâncias de Julgamento.....	177
2.3.13.10.5.	Recursos e Meios de Impugnação.....	178
2.3.13.10.6.	Precedentes Vinculantes e Segurança Jurídica.....	178
2.3.13.10.7.	Representação Fazendária e Defesa do Contribuinte.....	179
2.3.13.10.8.	Inovações Procedimentais.....	179
2.3.13.10.9.	Considerações sobre o Contencioso do IBS.....	179

### **CAPÍTULO 3 – AÇÕES EXACIONAIS ..... 181**

3.1.	EXECUÇÃO FISCAL.....	181
3.1.1.	A Execução Fiscal como Instrumento Arrecadatório.....	181
3.1.2.	Caráter social da Execução Fiscal: isonomia e igualdade.....	183
3.1.3.	Formação do título executivo – CDA (arts. 1º a 3º).....	188
3.1.4.	Microssistema da Lei de Execução Fiscal e o princípio da especialidade.....	188
3.1.5.	Aprofundamento: nova lei de execução fiscal e o CPF/CNPJ do devedor.....	192
3.1.6.	A Teoria do Diálogo das Fontes: celeridade e efetividade.....	192
3.1.7.	Aprofundamento – Possibilidade de suspensão de passaporte/CNH pela Fazenda na execução fiscal: uma análise moral, jurídica e sistemática do HC 453870 julgado pelo STJ.....	197
3.1.8.	Inscrição em dívida ativa – CDA.....	209
3.1.8.1.	Conceito.....	209
3.1.8.2.	Execução Fiscal: crédito tributário e não tributário.....	211
3.1.8.3.	Inclusão de Encargos na Dívida Ativa.....	213
3.1.8.4.	Inscrição em dívida ativa e os seus efeitos.....	213
3.1.8.5.	Suspensão do prazo prescricional aplicada somente aos créditos não tributários.....	218
3.1.8.6.	Projeto de Lei 2.488/2022 – controle de legalidade.....	219
3.1.9.	Créditos que são inscritos em dívida ativa.....	220
3.1.9.1.	Créditos Tributários.....	220
3.1.9.2.	Créditos não tributários.....	220
3.1.9.3.	Aprofundamento – Multa Penal.....	234
3.1.10.	Créditos que não são inscritos em dívida ativa.....	242

3.1.11.	Elementos do termo de inscrição em dívida ativa.....	251
3.1.12.	Emenda da CDA.....	258
3.1.12.1.	Aprofundamento – pergunta-se: e caso quando proposta a execução fiscal o devedor já era falecido, pode substituir a CDA para fazer constar que a execução fiscal deve ser em face do espólio ou dos herdeiros?.....	265
3.1.12.2.	Aprofundamento: desnecessidade de alteração da CDA quando ocorre sucessão empresarial sem informar oportunamente ao fisco.....	269
3.1.13.	Efeitos práticos da inscrição em dívida ativa.....	274
3.1.13.1.	Aprofundamento: Fraude à execução.....	280
3.1.13.2.	Aprofundamento: Protesto extrajudicial – LC 208/2024 – Interrupção do prazo prescricional.....	304
3.1.13.3.	Aprofundamento: Operação de venda definitiva de patrimônio público ou “cessão de direitos creditórios” da Fazenda Pública – “Venda da CDA”.....	310
3.1.14.	Análise crítica da LC 208/2024.....	317
3.1.15.	Presunção de Certeza e Liquidez (art. 3º).....	322
3.1.16.	Teoria da carga dinâmica do ônus da prova.....	323
3.1.17.	Outros julgados relevantes sobre a inscrição em dívida ativa.....	324
3.1.18.	Competência (art. 5º).....	330
3.1.18.1.	Princípio da Perpetuação da Jurisdição.....	330
3.1.18.2.	Breve resumo.....	331
3.1.18.3.	Do fim da competência federal delegada.....	333
3.1.18.4.	Do foro competente para a execução fiscal e para as ações em que Estados e Distrito Federal figurem como partes (art. 46, § 5º; e art. 52, caput e parágrafo único) – STF.....	338
3.1.18.5.	Outros temas relacionados à competência.....	341
3.1.18.6.	Competência Territorial e Material.....	341
3.1.18.7.	Declinação de Competência.....	342
3.1.19.	Conexão de Ações.....	342
3.1.20.	Legitimidade ativa e passiva (art. 4º).....	345
3.1.20.1.	Legitimidade ativa.....	345
3.1.20.1.1.	Aprofundamento: Legitimidade do Ministério Público em execuções fiscais e relevância social.....	382
3.1.20.2.	Legitimidade Passiva.....	383
3.1.20.3.	Ônus da Prova.....	386
3.1.20.4.	Quanto ao art. 4º. I – o devedor.....	388
3.1.20.4.1.	Execução de Empresas Individuais.....	388
3.1.20.5.	Quanto ao inciso II – o fiador.....	391

3.1.20.6.	Quanto ao inciso III – espólio – e ao inciso VI – sucessores.....	393
3.1.20.6.1.	Aprofundamento: Obrigação da Fazenda de identificar o representante do espólio na inicial da execução fiscal (Info 832/STJ – AREsp 2.670.058/TO).....	400
3.1.20.6.2.	Sucessão “regular” do Devedor – pessoa jurídica.....	401
3.1.20.6.3.	Distrato Social.....	401
3.1.20.6.4.	Fusão ou Incorporação.....	403
3.1.20.6.5.	Alienação de Fundo de Comércio.....	403
3.1.20.6.6.	Quanto ao inciso IV – a massa.....	403
3.1.20.6.7.	Quanto ao inciso V – o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado:.....	404
3.1.20.6.8.	Redirecionamento da execução fiscal.....	405
3.1.20.6.9.	Situações que Justificam o Redirecionamento .....	405
3.1.21.	Aprofundamento – (In)compatibilidade do Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Fiscal .....	426
3.1.22.	Direto ao ponto quanto às conclusões e unanimidades .....	436
3.1.22.1.	Aprofundamento – responsabilidade de grupos econômicos – Art. 124 do CTN.....	439
3.1.23.	Breve resumo de tudo – hipóteses em que se admite o redirecionamento.....	446
3.1.24.	Breve resumo de tudo – hipóteses em que não se admite o redirecionamento.....	448
3.1.25.	Projeto de Lei 2.488/2022 – redirecionamento e IDPJ .....	448
3.1.26.	Fluxo do Processo Judicial Tributário e esquemas.....	449
3.1.26.1.	Petição Inicial e Execução da CDA .....	451
3.1.26.2.	Presunção de Liquidez e Certeza.....	451
3.1.26.3.	Fluxo da obrigação tributária.....	451
3.1.27.	Da petição inicial (art. 6º) .....	452
3.1.27.1.	Aprofundamento: Ajuizamento seletivo para a propositura da execução fiscal federal.....	455
3.1.27.2.	Aprofundamento: Requisitos para a execução fiscal de “pequeno valor” – extinção pelo Poder Judiciário .....	456
3.1.27.3.	Aprofundamento crítico.....	462
3.1.27.4.	Do projeto de Lei 2.488/2022 .....	469
3.1.28.	Da citação (arts. 7º e 8º) .....	473
3.1.28.1.	Despacho do juiz (art. 7º da LEF).....	474
3.1.28.2.	Fixação de Honorários Advocatícios.....	475
3.1.28.3.	Interrupção da Prescrição pelo Despacho de Citação .....	477
3.1.28.4.	Modalidades de Citação.....	478

3.1.28.4.1.	Aprofundamento: Citação por AR na Execução Fiscal – Desnecessidade de Assinatura Pessoal.....	480
3.1.28.5.	Nomeação de Curador Especial.....	481
3.1.28.6.	Executado Domiciliado no Exterior.....	482
3.1.29.	Garantia e penhora nas execuções fiscais (arts. 9º a 15).....	482
3.1.29.1.	Depósito em dinheiro.....	483
3.1.29.2.	Fiança Bancária ou Seguro Garantia.....	484
3.1.29.2.1.	Aprofundamento: (Im)possibilidade de seguro garantia e fiança bancária suspenderem a exigibilidade de créditos tributários e não tributários.....	491
3.1.29.3.	Indicação de bens à penhora e aceitação de bens pela Fazenda Pública.....	496
3.1.30.	Penhora (art. 10).....	497
3.1.31.	Ordem de Penhora, intimação e substituição dos bens penhorados (arts. 11 a 15).....	498
3.1.32.	Entendimentos jurisprudenciais sobre a penhora de bens.....	503
3.1.33.	Substituição dos bens penhorados (art. 15).....	545
3.1.34.	Julgados relevantes.....	549
3.1.35.	Defesa do executado (arts. 16 a 18).....	554
3.1.35.1.	A defesa do executado na execução fiscal – Embargos à Execução Fiscal.....	555
3.1.35.2.	Natureza Jurídica.....	556
3.1.35.3.	Cabimento.....	557
3.1.35.4.	Garantia do Juízo: Condição de Procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal.....	560
3.1.35.5.	Admissibilidade dos Embargos em caso de penhora insuficiente.....	561
3.1.35.6.	Exceção: comprovação inequívoca de hipossuficiência patrimonial.....	563
3.1.35.6.1.	Aprofundamento: O simples fato de ser beneficiário da justiça gratuita não dispensa, por si só, a garantia de apresentar os embargos à execução fiscal.....	565
3.1.35.6.2.	Aprofundamento: Embargos à execução opostos por curador especial. Dispensa do oferecimento de garantia.....	565
3.1.35.7.	Termo Inicial para os Embargos à Execução Fiscal – Tempestividade da Oposição.....	566
3.1.35.7.1.	Aprofundamento: Prazo para embargos à execução fiscal e o aceite judicial do seguro garantia – REsp 2.185.262-RJ (Info 838).....	569
3.1.35.8.	Diferença entre os Embargos do Devedor e Embargos à Execução Fiscal.....	570

3.1.35.9.	Múltiplas Penhoras e o Início do Prazo para Embargos.....	570
3.1.35.10.	Prazo para Embargar nos Casos de Execução por Carta Precatória.....	570
3.1.35.11.	Reabertura do Prazo para Embargos.....	570
3.1.35.12.	Prazo para Embargar nos Casos de Múltiplos Executados.....	571
3.1.35.13.	Prazo para Embargar sem a Necessidade de Garantia Prévia.....	571
3.1.35.14.	Aprofundamento: O prazo para Embargar para empresas falidas e as Alterações da Lei de Recuperações e Falências.....	572
3.1.35.15.	Efeito Suspensivo dos Embargos e Aplicação Subsidiária do CPC...	574
3.1.35.16.	A Amplitude da discussão em sede de Embargos.....	578
3.1.35.17.	Matérias Vedadas em Sede de Embargos.....	580
3.1.35.17.1.	Aprofundamento: O pedido de habilitação de créditos apresentado ao fisco acarreta a suspensão do prazo prescricional para o pleito compensatório.....	582
3.1.35.18.	Honorários na Lei de Execução Fiscal (art. 26).....	585
3.1.35.18.1.	Aprofundamento: Possibilidade de aplicação do princípio da equidade e proporcionalidade, previsto no art. 85, § 8º, do CPC, para afastar a fixação de honorários advocatícios em valor exorbitante (Tema 1255 do STF).....	586
3.1.35.19.	As provas a serem produzidas: a obrigação do Embargante.....	592
3.1.35.20.	A ausência de impugnação aos Embargos e os efeitos da revelia.....	593
3.1.36.	A Sentença e a Esfera Recursal na Execução Fiscal.....	594
3.1.36.1.	A Sentença nos Embargos.....	594
3.1.36.2.	Recursos Contra a Sentença.....	594
3.1.36.2.1.	Agravo de Instrumento.....	595
3.1.36.2.2.	Remessa necessária.....	595
3.1.36.3.	Embargos Infringentes de Alçada.....	598
3.1.37.	Exceção de pré-executividade.....	602
3.1.37.1.	Conceito, Histórico e Natureza Jurídica da Exceção de Pré-Executividade.....	603
3.1.37.2.	Objeto e Hipóteses de Cabimento.....	604
3.1.37.3.	Procedimento.....	609
3.1.37.4.	Cabimento de Honorários.....	610
3.1.37.5.	Aprofundamento: Crítica ao alargamento e uso abusivo da Exceção de Pré-Executividade nas Execuções Fiscais.....	618
3.1.37.6.	Outras jurisprudências relevantes sobre os meios de defesa.....	620
3.1.37.7.	Aprofundamento: É cabível exceção de pré-executividade após o julgamento de embargos à execução fiscal? (REspS 2.130.489-RJ vs 2.045.492-RJ – divergência).....	630

3.1.38.	Demais disposições sobre execução fiscal (arts. 19 ao 41).....	631
3.1.38.1.	Alienação Antecipada.....	633
3.1.38.2.	Arrematação por preço vil.....	636
3.1.38.3.	Parcelamento da Arrematação.....	636
3.1.38.4.	Alienação por iniciativa particular .....	637
3.1.38.5.	Jurisprudência .....	640
3.1.38.6.	Adjudicação: Aspectos e Aplicações.....	642
3.1.38.6.1.	Jurisprudência .....	644
3.1.38.7.	Natureza da Decisão de Primeira Instância.....	645
3.1.38.8.	Condenação em Honorários.....	646
3.1.38.9.	Requisitos para a Reunião de Processos .....	650
3.1.38.10.	O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público .....	651
3.1.38.10.1.	Aprofundamento: consequências do julgamento da ADPF 357.....	654
3.1.38.11.	O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público e a questão dos honorários advocatícios.....	655
3.1.38.11.1.	A tese fixada pelo STF no Tema 1.220.....	655
3.1.38.11.2.	Fundamentos da decisão.....	656
3.1.38.11.3.	Divergência vencida.....	656
3.1.38.11.4.	Consequências práticas da decisão .....	657
3.1.39.	Recuperação Judicial e Falência – impactos e a relação com a Execução Fiscal.....	657
3.1.39.1.	Execução Fiscal e os Processos de Falência e Recuperação Judicial.....	658
3.1.39.1.1.	Falência .....	658
3.1.39.1.2.	Execução Fiscal Autônoma.....	662
3.1.39.1.3.	Competência para Classificação de Créditos e Possibilidade de Redirecionamento.....	663
3.1.39.1.4.	Suspensão da Execução Fiscal.....	669
3.1.39.1.5.	Art. 191 do CTN: Extinção das Obrigações do Falido.....	673
3.1.39.1.6.	Repercussões da Decretação da Falência nos Privilégios e na Exigibilidade do Crédito Fiscal.....	674
3.1.39.1.7.	Prescrição Ordinária e Intercorrente na Execução Fiscal em Face de Massa Falida.....	676
3.1.39.1.8.	Execução Fiscal x Recuperação Judicial .....	678
3.1.39.1.9.	Aprofundamento: Penhora de bens de empresa em recuperação judicial – delimitação de competências após a Lei n. 14.112/2020 .....	684

3.1.39.1.10.	Em resumo.....	686
3.1.40.	Art. 38: Discussão Judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.....	688
3.1.40.1.	Mandado de Segurança.....	689
3.1.40.2.	Ação Anulatória e Ação Declaratória.....	690
3.1.40.3.	Ação de Repetição de Indébito.....	690
3.1.40.4.	Isenção de emolumentos cartorários.....	691
3.1.40.5.	Isenção de Atos Judiciais.....	692
3.1.40.6.	Ressarcimento de Custas.....	692
3.1.41.	Prescrição intercorrente da execução fiscal.....	696
3.1.41.1.	Aprofundamento: Casos especiais.....	715
3.1.41.2.	Aprofundamento: Interrupção da prescrição intercorrente por bloqueio de bens via SISBAJUD ou CNIB – Info 839/STJ.....	716
3.1.42.	Julgados relevantes em execução fiscal:.....	717
3.1.43.	Principais Novidades do Projeto de Lei 2.488/2022 em Relação à Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980).....	733
3.2.	MEDIDA CAUTELAR FISCAL.....	735
3.2.1.	Medida Cautelar Fiscal: Noções Gerais.....	736
3.2.2.	Fundamentos da Medida Cautelar Fiscal.....	737
3.2.3.	Legitimidade Ativa.....	737
3.2.4.	Espécies de Medidas Cautelares Fiscais.....	738
3.2.5.	Medida Cautelar Fiscal Sem Crédito Constituído: exceções.....	738
3.2.5.1.	Taxatividade.....	743
3.2.5.2.	Ônus da Prova.....	743
3.2.5.3.	Créditos Suspensos e jurisprudência.....	743
3.2.5.4.	Art. 2º da Lei 8.397/1992: Medida Cautelar Fiscal – Sujeito Passivo e grupos econômicos.....	745
3.2.6.	Medida Cautelar Fiscal Contra a Fazenda Pública.....	750
3.2.6.1.	Autonomia das Hipóteses de Cabimento e breves comentários aos incisos do art. 2º.....	751
3.2.7.	Art. 3º – Requisitos para Concessão da Medida Cautelar Fiscal.....	757
3.2.7.1.	Necessidade de Concessão da Liminar.....	757
3.2.7.2.	Recurso Cabível.....	757
3.2.7.3.	Requisitos para Concessão da Liminar.....	757
3.2.8.	Art. 4º – Efeitos da Decretação da Medida Cautelar Fiscal.....	758
3.2.8.1.	Limites e responsabilidade.....	758
3.2.9.	Competência.....	760
3.2.10.	Art. 6º Requisitos da petição inicial – necessidade de fundamentação.....	762
3.2.11.	Citação.....	764

3.2.11.1.	Art. 9º – Revelia.....	764
3.2.11.2.	Intimação para Conciliação ou Mediação.....	765
3.2.12.	Prazo para Propor Medida Cautelar Fiscal Preparatória.....	766
3.2.13.	Tratamento no CPC.....	766
3.2.13.1.	Natureza do Prazo.....	767
3.2.13.2.	Início do Prazo e Exigibilidade Administrativa.....	767
3.2.13.3.	Ausência de prazo em Dobro.....	768
3.2.14.	Pendência da Eficácia – art. 13.....	768
3.2.15.	Revogação da Medida Cautelar Fiscal.....	768
3.2.16.	Eficácia na Suspensão do Crédito Fiscal.....	769
3.2.17.	Apensamento da Ação Cautelar.....	771
3.2.18.	Efeitos, na Execução Fiscal, do Indeferimento da Medida Cautelar Fiscal (artigo 15).....	771
3.2.19.	Inexistência de Coisa Julgada Material na Medida Cautelar Fiscal e Efeitos na Execução Fiscal – art. 16.....	773
3.2.20.	Apelação na Medida Cautelar Fiscal.....	774

## **CAPÍTULO 4 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO – AÇÕES ANTIEXACIONAIS.....775**

4.1.	AÇÃO ANULATÓRIA.....	775
4.1.1.	Distinções entre Ação Anulatória, Ação Declaratória e Ação de Repetição de Indébito.....	776
4.1.2.	Tipos e características da ação anulatória.....	778
4.1.3.	Competência para Ação Anulatória.....	780
4.1.4.	Ação Anulatória Proposta em Vara Comum e Criação Posterior de Vara Especializada em Execuções Fiscais.....	782
4.1.5.	Ação Anulatória vs Embargos à Execução Fiscal.....	783
4.1.6.	Prescrição.....	785
4.1.7.	Depósito Preparatório e Suspensão Da Exigibilidade Do Crédito Tributário.....	788
4.1.8.	Outras Hipóteses de Suspensão.....	790
4.1.9.	Jurisprudências relevantes:.....	791
4.2.	AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.....	793
4.3.	APROFUNDAMENTO: DIREITO À RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS CUJO RECOLHIMENTO INDEVIDO TENHA SIDO COMPROVADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	809
4.4.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	810
4.4.1.	Aprofundamento: Requisitos para a ação de consignação em pagamento com base no art. 164, III, do CTN.....	812
4.4.2.	Necessidade de depósito integral do crédito tributário.....	812

4.5.	AÇÃO DECLARATÓRIA.....	815
4.5.1.	Diferença entre Ação Declaratória Pura e Ação Declaratória Mista.....	815
4.5.2.	A Ação Declaratória e o Art. 38 da Lei de Execuções Fiscais.....	816
4.5.3.	Ação declaratória de inexistência de relação jurídica – interesse de agir.....	816
4.5.4.	Lançamento para Prevenir Decadência.....	818
4.5.5.	Ação Declaratória Incidental.....	821
4.6.	OFERECIMENTO CAUTELAR DE CAUÇÃO.....	822
4.7.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	826
4.7.1.	As características do MS.....	827
4.7.1.1.	Aprofundamento: O mandado de segurança não é o instrumento processual adequado para o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos.....	832
4.7.2.	Vedação à concessão de liminar.....	847
4.7.2.1.	Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 1.....	849
4.7.3.	Prova Pré-constituída.....	852
4.7.3.1.	Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 2 – limites e possibilidades – com base no REsp n. 2.135.870/SP857.....	
4.7.4.	Uso abusivo do Mandado de Segurança.....	861
4.7.5.	Desistência em Mandado de Segurança.....	862
4.7.6.	(In)viabilidade de intervenção em processo de MS.....	864
4.7.7.	Falecimento da Parte em Mandado de Segurança.....	865
4.7.8.	Julgados relevantes.....	866
4.8.	AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS.....	873
4.8.1.	Ação tributária antiexacional proposta por associação em defesa de direitos dos associados.....	873
4.8.2.	Limitações das ações coletivas.....	887
4.8.3.	Execução do julgado nas ações coletivas.....	887
4.8.3.1.	Limites territoriais da eficácia subjetiva em ações propostas por sindicatos estaduais (Tema 1130 do STJ).....	888
4.8.4.	Honorários Sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: Manutenção do entendimento da Súmula nº 345 do STJ.....	889
4.9.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	891
4.9.1.	Legitimidade Ativa e requisitos.....	891
4.9.2.	Direitos Protegidos pelo Writ Coletivo.....	892
4.9.3.	A Coisa Julgada no Writ Coletivo.....	892
4.9.4.	Procedimentos e divergências da Coisa Julgada Coletiva.....	893
4.9.5.	A Execução Individual do Julgado Coletivo.....	894

4.10. CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA COISA JULGADA .....	899
4.10.1. Aprofundamento: Ação rescisória e a adequação ao Tema 69/STF- Flexibilização da coisa julgada e a interpretação do art. 535, § 8º, do CPC (REsp 2.054.759-RS e REsp 2.066.696-RS) .....	910
4.10.2. Ação Rescisória e Decisões do STF: Nova Baliza Temporal para Desconstituição da Coisa Julgada .....	913
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>917</b>